

ARTE DA CENA:
A PESQUISA EM
DIÁLOGO COM
O M U N D O

VII Reunião Científica
da ABRACE

27 a 29.outubro.2013
UFMG - Belo Horizonte



MOURA, Rogério A de. Luta estética e política da universidade e da escola pública na formação das novas gerações. Campinas: UNICAMP. Professor Doutor II – Coordenador Associado de Licenciatura.

RESUMO

O ensino da arte e da arte teatral está na legislação como o que chamamos direito à educação. Universidade e escola pública devem construir uma cultura institucional que possibilite uma formação do profissional do magistério da educação básica de qualidade. Esta continua sendo uma agenda urgente, nas dimensões estética e política. Trata-se de discutir um direito estético e um direito de criar que também permita aos jovens o enfrentamento das novas relações de poder entre as ciências e as artes.

Estes dois grandes campos e estas duas esferas têm apresentado diversos desafios. Parte deles está relacionada à formação em arte na escola pública (dimensões de tempo, espaço e formação), enquanto outra está mais diretamente associada aos modelos de formação inicial de professores nas universidades públicas estatais.

Palavras-chave: Arte, Formação, Teatro, Luta.

ARTE DA CENA:
A PESQUISA EM
DIÁLOGO COM
O M U N D O

VII Reunião Científica
da ABRACE

27 a 29.outubro.2013
UFMG - Belo Horizonte



MOURA, Rogério A de. Aesthetic and political fight between the university and the school in the context of the new generations. Campinas: UNICAMP. Professor Doutor II – Coordenador Associado de Licenciatura.

Abstract

The teaching of art and drama is based in the Brazilian legislation, as part of an educational right. University and public school must build an institutional culture which enables high quality teacher training programs for the elementary and secondary school. This agenda continues to be a priority, both in its aesthetic and political dimensions. It is a discussion about an aesthetic right and a right to create, to face the new challenges between sciences and arts.

These two big fields and two spheres of activity and training show several challenges. Part of them is based in the schooling in the public school (dimensions of time, space and training), while the other is much more influenced by the curricula models of teacher training programs in public universities.

Key-Words: Art – Training, schooling, drama, fight.

ARTE DA CENA:
A PESQUISA EM
DIÁLOGO COM
O M U N D O

VII Reunião Científica
da ABRACE

27 a 29.outubro.2013
UFMG - Belo Horizonte



MOURA, Rogério A de. Luta estética e política da universidade e da escola pública na formação das novas gerações. Campinas: UNICAMP. Professor Doutor II – Coordenador Associado de Licenciatura.

As discussões sobre o ensino da arte teatral, na universidade e na escola pública tem sido uma constante nas últimas duas décadas. Este parece ser um tempo, ora de luta, ora de reconciliação entre o que chamaria de forças formadoras dos humanos, a arte e a ciência. Parece ser um tempo avassalador, no qual a irmã irada ciência esgarçou, recortou, colou, expandiu o corpo humano, para dentro e para fora, radicalizando o conceito de dissolução de suas fronteiras. Tem sido um movimento para dentro e para fora dele mesmo, para dentro e para fora até mesmo do sistema solar, da galáxia, com a força dos deuses-ex-machina Kepler, Hubble e pequeninas sondas que arrastaram a consciência humana para longe, como que numa repetição mântica sem fim da vinheta de Jornada nas Estrelas.

Sim! Parece difícil, mas teríamos que pensar qual seria então o papel da arte numa realidade na qual o chamado ponto de Arquimedes, e portanto a consciência e o próprio corpo humano, foram lançados ao espaço, para pairar como um extra-e-terrestre sobre o mundo azul. Para sentir um pouco da vertigem da reinvenção deste mundo, com a consciência pairando fora dele, embarque aqui: www.vimeo.com e procure por “ISS” (International Space Station ou Estação Espacial Internacional). Sim! Homens e mulheres do teatro precisam pensar o que seria esta nova estatura humana, espécie de teatro físico esgarçado para fora do *Oikos* (para fora da casa humana, do planeta terra), refletindo a partir daí quais seriam as consequências para aqueles que praticam(aram) e ensinam(aram) a arte num mundo cujo suporte sempre foi o corpo orgânico e a mente do homo sapiens sapiens.

Longe da exuberância propiciada pela contemplação do planeta azul lá de cima, quase que encarcerados num planeta terra que às vezes nos lembra o cenário do filme *Elysium*, do diretor Neil Blomkamp, seria preciso pensar o ensino da arte, com os pés bem fincados na terra, em meio a um conjunto de mudanças políticas que num primeiro momento põem em questão o que significaria ser uma gigante sexta economia planetária de pés sujos ou de barro. Trata-se de uma situação sem precedentes esta da emergência das três

irmãs da Ásia (Índia, China e Rússia) e do caboclo do sul (Brasil) que foram lançados a partir da alcunha de BRICs e emergentes numa nova geografia de poder, mas em cujas bases sociais permanecem desigualdades de toda ordem, colocando em questão os objetivos e fins do ensino da arte em meio a desigualdades tão persistentes. O ensino da Arte e particularmente do Teatro, vem sofrendo o que poderíamos chamar uma migração do campo das teorias e formulações epistemológicas para as salas de aula na universidade e na escola pública, marcadamente pelo trabalho das mãos e pelo labor dos corpos e mentes de várias gerações de pensadores, professores, pesquisadores brasileiros, numa diáspora, difusão e migração de cérebros e de conhecimentos da Europa em direção às Américas do Norte e depois do Sul. Há também uma vigorosa contribuição nacional, compreendida pela tradição e prática do Teatro do Oprimido de Augusto Boal. Estes percursos migratórios, em certa medida em sentidos opostos, tenderão no século XXI a se mesclar um pouco mais com um pensamento menos herdeiro e tributário da Europa, contaminando-se com uma ou várias Epistemologias do Sul, conforme o pensamento de Sousa Santos (2010). Ao mesmo tempo, este percurso de construção de teoria, teorizações, apropriações de conceitos passa a fazer parte de formulações e engenharias curriculares, mais ou menos justas, mais ou menos transparentes, muitas vezes descolando o narrador de seu olho, de sua mão, de sua alma (no sentido benjaminiano), o que não exclui o próprio embate da arte com a ciência.

No âmbito da afirmação de nações até então marginais no cenário econômico e estratégico no mundo, um importante aspecto para a reflexão é, como já propus em textos anteriores, pensar o impacto da Conferência de Nova Delhi, Conferência das Nações Unidas que reuniu em 1993 os países mais populosos do mundo, para discutir as metas do milênio e os impactos da Conferência de Jomtien em “Educação para Todos” de 1990.

Fincando o pé ainda mais na terra, seria preciso retomar um percurso constitucional, institucional e político que resgata as vitórias a partir da Constituição de 1988, a qual garantiu em seu Artigo Art. 205 que “a educação é direito de todos”. A LDB (Art 26, Parágrafo 2º. Leis 12287(10) e 12796(13), Art. 32, Inciso 2º (Ensino Fundamental), Artigo 36 Inciso 2º. (Ensino Médio), garantiu entre outras coisas a vinculação entre o trabalho, a educação escolar e as práticas sociais, mas que também assegurou a obrigatoriedade do Ensino de Arte e abriu, portanto, toda uma discussão que diz respeito à centralidade da arte e da cultura na constituição e afirmação de uma identidade nacional.

No que tange à Educação Superior, a LDB destaca em seu Artigo 43 e Inciso I a “criação cultural, o pensamento reflexivo e o desenvolvimento do espírito científico”.

Já no âmbito dos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental, cria-se como se sabe, uma alternância entre as quatro linguagens artísticas no Ensino Fundamental e insere-se o ensino da arte no ensino médio, vinculado a linguagens, códigos e suas tecnologias, o que em

certa medida traz uma diluição da sub-área específica do teatro e cria ao mesmo tempo uma pressão para vê-lo (a) articulada num embate maior com a tecnologia da informação e mesmo com a grande área da comunicação, como está enfatizado por exemplo, em relação às linguagens áudio-visuais.

Estes apontamentos do ordenamento institucional e político educacional fornecem um parâmetro institucional e político para que se identifique a ideia do direito a educação e dentro dele do direito à Arte, embora esta última já apareça neste conjunto das leis e ordenamento, um tanto quanto diluída.

No caso específico do Teatro, no que diz respeito ao terceiro e quarto ciclo, alguns objetivos, conteúdos e critérios de avaliação mereceriam ser problematizados à luz do percurso acadêmico da formação do licenciando em teatro, identificando aí em que medida haveria ou não uma organicidade entre uma formação densa e abrangente pretendida no ensino superior e as condições de reprodução no nível do chão da escola pública para o licenciado em arte (notadamente os aspectos do tempo, do espaço e da própria formação deste licenciando/licenciado).

Na Licenciatura em Teatro, regulamentada principalmente pelos Pareceres 146(2002) e 195(2003), bem como pela Resolução 04 (2004), ali já se estabeleceu com certa organicidade, o percurso formativo do estudante e perfil desejável, competências e habilidades a serem desenvolvidas, bem como conteúdos curriculares. Aponta-se também a diversidade de campos de estudos relacionados a esta formação, indicando-se, de maneira mais ou menos breve, o Estágio Supervisionado como componente importante da base curricular, destacando a possibilidade de sua realização em laboratórios dentro da instituição de nível superior e em vários momentos do percurso acadêmico, fazendo uma alusão direta a uma formação corporal.

Já o Decreto 6755, de 29 de janeiro de 2009 instituiu a Política Nacional de Formação de profissionais da Educação Básica, representando uma vitória e um passo importante para esta categoria profissional. Cabe destacar, no entanto, como o decreto configura-se como uma vigorosa carta de direitos e de implementação de políticas sociais no campo específico sobre o qual versa, não incorporando praticamente em nenhum trecho elementos que pudessem apontar a importância de um direito estético no ato de aprender a ser professor. mas ainda assim induzindo políticas do corpo (Sant'Anna:2005), ao menos nas entrelinhas. O decreto seria, portanto, entre todos os documentos mencionados e brevemente aqui discutidos, o que mais consolida o seccionamento entre um direito político e social e outro, de ordem estética, cujo suporte seria um corpo e uma mente reunidos, alusão aí tanto ao pensamento de Espinosa, quanto as referências indo-arianas e hindus, que muito antes do pensamento grego, pensavam estas duas dimensões como inseparáveis, ou ainda como um *Atman*, conforme o conceito de Zimmer (1986:20). espécie de Eu unificador do

corpo e da mente que em certa medida expressaria uma pedagogia da vida e da arte em cuja base estão os conceitos da *ahimsa* e da *Satyagraha*.

Destas considerações iniciais, caberia detectar ou apontar alguns pontos ou horizontes de tensão, que a nosso ver são cruciais para o ensino da arte e da arte teatral na conjuntura atual da educação brasileira e por extensão, no contexto global.

Primeira Consideração: O embate entre a ciência e a arte, na forma como se consolidou nas últimas décadas do século XX e este travestimento da ciência em tecnologia, fazem pensar quais formas de luta política e estética são viáveis aos artistas e educadores de uma modernidade líquida, para recolocar a arte teatral e o pensamento estético no centro dos processos de ensinar e aprender na escola e na universidade;

Segunda Consideração: Discrepâncias entre o formato e modelo de formação dos licenciandos em arte e de pedagogos em relação às condições concretas de reprodução social na escola pública, o que inclui a grade curricular, o espaço, as dificuldades de abarcar todo o conteúdo em termos de teoria, prática e estética do teatro, poderiam sugerir um processo de formação nas duas pontas, universidade e escola pública, que se caracterizaria como desigual, no plano político institucional, mas também e sobretudo no nível dos arranjos curriculares e mesmo de um enfrentamento intra-área, ou seja dentro do próprio campo das linguagens artísticas e entre elas e outros como o amplo campo hoje considerado audio-visual e ou das comunicações e das tecnologias.

Terceira Consideração: As lutas por mudanças poderiam e deveriam ocorrer em vários níveis e dimensões: É uma luta estética e política, o que teria que envolver o campo institucional e mesmo da lei, propiciando a emergência de um direito estético que incluísse a criação, o pensamento estético como metas dos sistemas de ensino, assim como ocorre com a busca de garantia de direito social e político. Estas lutas também são lutas transfronteiriças. Assim, se não for possível romper o isolamento linguístico que separa nações e territórios do mundo, as quais poderiam se converter em propositoras e inventoras de novas epistemologias, este novo equilíbrio entre ciência e arte, entre direito político e direito estético, se diluirá em mais uma cadeia de tentativas frustradas de mudar a relação periférica que a prática e o ensino da arte mantém com as outras ciências.

Referências Bibliográficas:

FICHER-LICHTE, E. Dissolução das fronteiras do corpo. Sobre a relação entre estética do efeito e teoria corporal. CADERNOS GIP CIT. Estudos do Movimento III: Corpo, fronteiras e conexões –PPGAC-UFBA, ano 13, n.24, 2010.

ARTE DA CENA:
A PESQUISA EM
DIÁLOGO COM
O M U N D O

VII Reunião Científica
da ABRACE

27 a 29.outubro.2013
UFMG - Belo Horizonte



GLEISE, J. O verbo e a carne. In. SOARES (Org.) Estudos sobre o corpo. Campinas: Papirus, 2007.

GREINER, C. O corpo. São Paulo: Ana Blume, 2007.

SANT' ANNA, D. B. Políticas do corpo. São Paulo: Estação Liberdade: 2005.

SOUSA SANTOS, B. Epistemologias do Sul.(Org). São Paulo: Cortez, 2010.

Filmes e documentos consultados na internet:

Constituição Federal de 1988. Disponível em: [www.Planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br) (Leis)

LDB 9496/96. Disponível em: www.planalto.gov.br (Legislação).Consulta em 01.10.2013. (Legislação)

Diretrizes Curriculares Nacionais. Disponível em: www.mec.gov.br (CNE- Conselho Nacional de Educação), documentos, Resoluções e Pareceres. Consulta em: 01.10.2013.

Conferência de Nova Delhi de 1993. Conferência da UNESCO. Documento disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001393/139393por.pdf> , consulta em 01.10.2013.

Elysium. Direção Neil Blomkamp, 2013

2010.O ano em que fizemos contato. Direção: Peter Hyams. DVD. 2004.